



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
R. Dr. Raimundo Cals, 2041 - Bairro Cidade com Deus - CEP 62400-000 - Camocim - CE - www.ifce.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo: 23485.002479/2023-13
Interessado: Joyce Maria de Sousa Oliveira

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
(Processo Administrativo nº 23485.002479/2023-13)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de lanches industrializados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR CAMPI	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Barra de cereais, integral, sabores sortidos. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagens de 20g a 40g.	467358	UNIDADE	Camocim: 23.000 Tianguá: 33.000	56.000	R\$ 1,96	R\$ 109.760,00
2	Idem ao Item 01 - Cota Reservada para ME/EPP - Barra de cereais, integral, sabores sortidos. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagens de 20g a 40g.	467358	UNIDADE	Acaraú: 2.000 Paracuru: 2.500	4500	R\$ 1,96	R\$ 8.820,00
3	Cookie, light, integral, fonte de fibras, sabor chocolate. Embalagem de 20g a 40g.	376641	UNIDADE	Camocim: 30.000 Tianguá: 33.000	63.000	R\$ 2,35	R\$ 148.050,00
4	Idem ao Item 03 - Cota Reservada para ME/EPP	376641	UNIDADE	Acaraú: 4.000 Paracuru: 2.500	6500	R\$ 2,35	R\$ 15.275,00
5	Biscoito salgado, integral, sem recheio, multipack. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagem de 120g a 140g (embalagem contendo 6 pacotes).	390172	UNIDADE	Camocim: 2.000 Acaraú: 200 Paracuru: 2.000 Tianguá: 5.700	9.900	R\$ 6,08	R\$ 60.192,00
6	Bebida láctea, sabor chocolate. Embalagem de 200 mL. Produto equivalente ou de melhor qualidade que Toddy ou Nescau.	304421	UNIDADE	Camocim: 28.000 Tianguá: 50.000	78.000	R\$ 2,27	R\$ 177.060,00

7	Idem ao Item 06 - Cota Reservada para ME/EPP -Bebida láctea, sabor chocolate. Embalagem de 200 mL. Produto equivalente ou de melhor qualidade que Toddy ou Nescau	304421	UNIDADE	Acaraú: 2.000 Paracuru: 4.000	6.000	R\$ 2,27	R\$ 13.620,00
8	Suco de caixinha, tipo néctar, sabor uva. Embalagem de 200 mL.	298881	UNIDADE	Camocim: 14.500 Tanguá: 25.000	39.500	R\$ 2,04	R\$ 80.580,00
9	Idem ao Item 08 - Cota Reservada para ME/EPP - Suco de caixinha, tipo néctar, sabor uva. Embalagem de 200 mL.	298881	UNIDADE	Acaraú: 400 Paracuru: 3.000	3.400	R\$ 2,04	R\$ 6.936,00
10	Suco de caixinha, tipo néctar, sabor goiaba. Embalagem de 200 mL.	298882	UNIDADE	Camocim: 14.500 Acaraú: 600 Paracuru: 3.000 Tanguá: 25.000	43.100	R\$ 1,35	R\$ 58.185,00
							R\$ 678.478,00

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: CAMOCIM					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Barra de cereais, integral, sabores sortidos. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagens de 20g a 40g.	UNIDADE	2.300	23.000	23.000
3	Cookie, light, integral, fonte de fibras, sabor chocolate. Embalagem de 20g a 40g.	UNIDADE	3.000	30.000	30.000
5	Biscoito salgado, integral, sem recheio, multipack. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagem de 120g a 140g (embalagem contendo 6 pacotes).	UNIDADE	500	2.000	2.000
6	Bebida láctea, sabor chocolate. Embalagem de 200 mL. Produto equivalente ou de melhor qualidade que Toddy ou Nescau.	UNIDADE	2.800	28.000	28.000

8	Suco de caixinha, tipo néctar, sabor uva. Embalagem de 200 mL.	UNIDADE	1.450	14.500	14.500
10	Suco de caixinha, tipo néctar, sabor goiaba. Embalagem de 200 mL.	UNIDADE	1.450	14.500	14.500

Órgão Gerenciador: ACARAÚ					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
2	Barra de cereais, integral, sabores sortidos. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagens de 20g a 40g.	UNIDADE	1.000	2.000	2.000
4	Cookie, light, integral, fonte de fibras, sabor chocolate. Embalagem de 20g a 40g.	UNIDADE	2.000	4.000	4.000
5	Biscoito salgado, integral, sem recheio, multipack. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagem de 120g a 140g (embalagem contendo 6 pacotes).	UNIDADE	100	200	200
7	Bebida láctea, sabor chocolate. Embalagem de 200 mL. Produto equivalente ou de melhor qualidade que Toddy ou Nescau.	UNIDADE	1.000	2.000	2.000
9	Suco de caixinha, tipo néctar, sabor uva. Embalagem de 200 mL.	UNIDADE	200	400	400
10	Suco de caixinha, tipo néctar, sabor goiaba. Embalagem de 200 mL.	UNIDADE	300	600	600

Órgão Gerenciador: PARACURU					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
2	Barra de cereais, integral, sabores	UNIDADE	1.000	2.500	2.500

	sortidos. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagens de 20g a 40g.				
4	Cookie, light, integral, fonte de fibras, sabor chocolate. Embalagem de 20g a 40g.	UNIDADE	1.000	2.500	2.500
5	Biscoito salgado, integral, sem recheio, multipack. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagem de 120g a 140g (embalagem contendo 6 pacotes).	UNIDADE	1.000	2.000	2.000
7	Bebida láctea, sabor chocolate. Embalagem de 200 mL. Produto equivalente ou de melhor qualidade que Toddy ou Nescau.	UNIDADE	2,000	4.000	4.000
9	Suco de caixinha, tipo néctar, sabor uva. Embalagem de 200 mL.	UNIDADE	1.500	3.000	3.000
10	Suco de caixinha, tipo néctar, sabor goiaba. Embalagem de 200 mL.	UNIDADE	1.500	3.000	3.000

Órgão Gerenciador: TIANGUÁ

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Barra de cereais, integral, sabores sortidos. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagens de 20g a 40g.	UNIDADE	3.300	33.000	33.000
3	Cookie, light, integral, fonte de fibras, sabor chocolate. Embalagem de 20g a 40g.	UNIDADE	3.300	33.000	33.000
5	Biscoito salgado, integral, sem recheio, multipack. Produto contendo cereal integral como principal ingrediente. Embalagem de 120g a 140g (embalagem contendo 6 pacotes).	UNIDADE	570	5.700	5.700
6	Bebida láctea, sabor chocolate. Embalagem de 200 mL. Produto	UNIDADE	5.000	50.000	50.000

	equivalente ou de melhor qualidade que Toddy ou Nescau.				
8	Suco de caixinha, tipo néctar, sabor uva. Embalagem de 200 mL.	UNIDADE	2.500	25.000	25.000
10	Suco de caixinha, tipo néctar, sabor goiaba. Embalagem de 200 mL.	UNIDADE	2.500	25.000	25.000

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. *O prazo de vigência de cada contratação é de 12 (doze) contados da data de aceite da respectiva nota de empenho OU da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021*
- 1.5. (SUPRESSÃO)
- 1.5.1. (SUPRESSÃO)
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.7. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 1.8. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 10744098000145-0-000020/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III) Id do item no PCA: 127,128,129,130 e 131
- IV) Classe/Grupo: 8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREALIS; 8960 - BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS; 8910 - OVOS E LATICÍNIOS
- V) Identificador da Futura Contratação: 90010/2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 1.10. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 1.11. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 1.11.1 As especificações dos materiais a serem adquiridos, contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem.
- 1.11.2 Em virtude da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica impactos ambientais dignos de nota, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, observadas a Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, no que couber, atendendo relativamente ao disposto no Artigo 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, as empresas deverão observar:
- 1.11.3. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 1.11.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 1.11.5. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 1.11.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)?"

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

1.12. (SUPRESSÃO)

Da vedação de contratação de marca ou produto

1.13. (SUPRESSÃO)

1.13.1. (SUPRESSÃO)

1.13.2. (SUPRESSÃO)

1.13.3. (SUPRESSÃO)

Da exigência de amostra

1.14. (SUPRESSÃO)

1.15. (SUPRESSÃO)

1.15.1. (SUPRESSÃO)

1.15.2. (SUPRESSÃO)

1.15.3. (SUPRESSÃO)

1.16. (SUPRESSÃO)

1.17. (SUPRESSÃO)

1.18. (SUPRESSÃO)

1.19. (SUPRESSÃO)

1.19.1.(SUPRESSÃO)

1.19.2.(SUPRESSÃO)

1.20. (SUPRESSÃO)

1.21. (SUPRESSÃO)

1.22. (SUPRESSÃO)

1.23. (SUPRESSÃO)

1.24. (SUPRESSÃO)

Da exigência de carta de solidariedade

1.25. (SUPRESSÃO)

Subcontratação

1.26. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

1.29. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

1.35. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa parcelada, de 1 a 2 vezes por mês ou conforme solicitação da nutricionista/responsável, no período da manhã e tarde (8h às 12h; 13h às 16h).

1.36. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

1.37. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

IFCE campus Camocim - Rua Dr. Raimundo Cals, 2041, Bairro: Cidade com Deus, CEP: 62.400-000- Camocim-CE.

IFCE campus Acaraú - Av. Des. Armando de Sales Louzada, s/n , - Bairro Monsenhor José Edson Magalhães - CEP 62580-000 - Acaraú - CE

IFCE campus Paracuru. ,s/n,- Bairro Novo Paracuru. CEP: 62680-000- Paracuru-CE.

IFCE campus Tianguá, s/n - Estádio, Tianguá - CE, 62320-000- Tianguá-CE.

- 1.38. *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.*

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 1.39. (SUPRESSÃO)
- 1.40. (SUPRESSÃO)
- 1.41. (SUPRESSÃO).
- 1.42. (SUPRESSÃO)
- 1.43. (SUPRESSÃO)
- 1.44. (SUPRESSÃO)
- 1.45. (SUPRESSÃO)
- 1.46. (SUPRESSÃO)
- 1.47. (SUPRESSÃO)
- 1.48. (SUPRESSÃO)
- 1.49. (SUPRESSÃO)
- 1.50. (SUPRESSÃO)
- 1.51. (SUPRESSÃO)
- 1.52. (SUPRESSÃO)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 1.53. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 1.54. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 1.55. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 1.56. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 1.57. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 1.58. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 1.59. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
 - 1.59.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
 - 1.59.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
 - 1.59.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
 - 1.59.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
 - 1.59.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 1.60. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos

comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

1.60.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

1.61. (SUPRESSÃO)

1.61.1. (SUPRESSÃO)

1.61.2. (SUPRESSÃO)

1.61.3. (SUPRESSÃO)

1.61.4. (SUPRESSÃO)

Gestor do Contrato

- 1.62. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 1.63. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 1.64. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 1.65. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 1.66. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 1.67. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 1.68. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 1.69. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 1.70. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 1.71. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 1.72. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 1.73. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 1.74. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 1.75. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

- 1.76. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 1.77. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 1.77.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 1.78. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 1.78.1. o prazo de validade;
- 1.78.2. a data da emissão;
- 1.78.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 1.78.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 1.78.5. o valor a pagar; e
- 1.78.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 1.79. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 1.80. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 1.81. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 1.82. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 1.83. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 1.84. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 1.85. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 1.86. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 1.87. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 1.88. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 1.89. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 1.90. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 1.90.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 1.91. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

- 1.92. (SUPRESSÃO)
- 1.93. (SUPRESSÃO)
- 1.94. (SUPRESSÃO)
 - 1.94.1. (SUPRESSÃO)
 - 1.94.2. (SUPRESSÃO)
- 1.95. (SUPRESSÃO)
 - 1.95.1. (SUPRESSÃO)
 - 1.95.2. (SUPRESSÃO)
- 1.96. (SUPRESSÃO)
- 1.97. (SUPRESSÃO)
- 1.98. (SUPRESSÃO)
- 1.99. (SUPRESSÃO)
 - 1.99.1. (SUPRESSÃO)
 - 1.99.2. (SUPRESSÃO)
- 1.100. (SUPRESSÃO)

Cessão de crédito

- 1.101. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.
 - 1.101.1. *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.*
- 1.102. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 1.103. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 1.104. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 1.105. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 1.106. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 1.107. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

- 1.108. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 1.109. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 1.110. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.111. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 1.112. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.113. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 1.114. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.115. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 1.116. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 1.117. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 1.118. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 1.119 (SUPRESSÃO).
- 1.120. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 1.121. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.122. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.123. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.124. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.125. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.126. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.127. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 1.128. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 1.129. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 1.130. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 1.131. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 1.131.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 1.131.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 1.131.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

- 1.131.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 1.132. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 5 % do valor total estimado da contratação.
- 1.133. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

- 1.135. (SUPRESSÃO)
- 1.136. (SUPRESSÃO)
- 1.136.1. (SUPRESSÃO)
- 1.136.1.1. (SUPRESSÃO)
- 1.136.1.2. (SUPRESSÃO)
- 1.136.1.3. (SUPRESSÃO)
- 1.136.2. (SUPRESSÃO)
- 1.136.3. (SUPRESSÃO)
- 1.136.4. (SUPRESSÃO)
- 1.136.5. (SUPRESSÃO)
- 1.137. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 1.137.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 1.137.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 1.137.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 1.137.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 1.137.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 1.137.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 1.137.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

09. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O adjudicatário terá um prazo estabelecido pela Administração, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital/termo de referência e seus anexos;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei."

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 1.138. O custo estimado total da contratação é de R\$ **R\$ 678.478,00** (seiscentos e setenta e oito mil quatrocentos e setenta e oito reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 1.139. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 1.140. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

- 1.140.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 1.140.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*
- 1.140.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*
- 1.142.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.143. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

1.144. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 26405/158961
- II) Fonte de Recursos: 01000000000
- III) Programa de Trabalho: 231578
- IV) Elemento de Despesa: 339032-03
- V) Plano Interno: L2994P2300N

1.145. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Camocim, 15 de março de 2024.

Joyce Maria de Sousa Oliveira

Nutricionista



Documento assinado eletronicamente por **Joyce Maria de Sousa Oliveira, Nutricionista**, em 15/03/2024, às 17:03, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5977346** e o código CRC **F6E7F38E**.